



COMANDO DA MADRUGADA SEMOB OLINDA-PE



**DIREITO
ADM**

**DIREITO
PENAL**

Rafael Borba

Emmanuel Thadeu

PROF^o Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



Rafael Borba 
@ProfRafaelBorba

SUPER REVISÃO CONSULPAM

Noções de Direito Administrativo:

1. Noções de organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
2. Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
3. Poderes administrativos: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder.
4. Controle da administração pública: Controle exercido pela administração pública. Controle judicial. Controle legislativo.
5. Responsabilidade civil do Estado: Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

1. Noções de organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

01- Instituto CONSULPAM - 2023 - Analista (ICTIM)/II

É a unidade técnica ou administrativa que possui o dever de normatizar e/ou coordenar certas atividades das unidades do Governo ou de um determinado sistema. Instituição designada como coordenadora de um dos sistemas em que são divididas algumas das atividades da administração pública federal.

O texto acima define o conceito de:

- A Órgão central.
- B Órgão subordinado.
- C Subórgão.
- D Órgão executor.

02- Instituto CONSULPAM - 2020 - Procurador (Pref Sta Cruz do Sul)

Sobre a classificação dos órgãos públicos, analise as alternativas:

I - Órgãos independentes são os definidos na Constituição Federal e representativo dos Poderes do Estado. Não possuem subordinação hierárquica e somente são controlados uns pelos outros.

II - Órgãos autônomos detêm poder de direção, controle e decisão. Exemplo deles são as coordenadorias.

III - Órgãos subalternos são os que se destinam à execução dos trabalhos de rotina, cumprindo ordens superiores.

IV - Órgãos superiores são que detêm poder de direção, controle e decisão. Exemplo deles são os departamentos.

Analizadas as assertivas, assinale a alternativa CORRETA:

A Apenas I e IV estão corretas.

B Apenas II está incorreta.

C Apenas II está correta.

D Apenas III e IV estão corretas.

E Apenas I e III estão corretas.

03- Instituto CONSULPAM - 2023 - Engenheiro Civil (SRJ)

Conforme o que é disposto na Legislação Federal sobre a Administração Indireta, suas entidades possuem características relacionadas especificamente para cada categoria. Assinale a alternativa que faz essa relação de maneira INCORRETA.

A A autarquia é um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada.

B A sociedade de economia mista é dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou à entidade da Administração Indireta.

C A empresa pública é dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

D A fundação pública é dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



04- Instituto CONSULPAM - 2020 - Procurador (Pref Paulo Afonso)/Meio Ambiente, Patrimônio, Urbanismo e Obras/Judicial Administrativo

No que diz respeito às Agências reguladoras, analise as afirmativas a seguir:

I - São pessoas jurídicas de direito público e Privado.

II - São autarquias sob regime especial.

III - São dirigidas por colegiado e seus membros são eleitos por tempo indeterminado, vedada a exoneração ad nutum.

IV - Possuem o mesmo grau de autonomia de outras entidades da Administração direta.

V - Agências reguladoras não são subordinadas ao ente que as instituiu.

Analizadas as afirmativas, assinale a alternativa CORRETA:

A Somente as afirmativas, assinale a alternativa I, II e IV são verdadeiras.

B Somente a afirmativa III é falsa.

C Somente as afirmativas I, III e V são falsas.

D Somente as afirmativas II e V são verdadeiras.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



05- Instituto CONSULPAM - 2020 - Auditor Fiscal (Pref Paulo Afonso)/Administração Tributária/"Sem Edição"

A respeito das autarquias, assinale a alternativa INCORRETA:

- A As autarquias podem ter personalidade jurídica de direito privado.
- B As autarquias são criadas e extintas somente por lei específica.
- C As autarquias são dotadas de autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial.
- D As autarquias não exercem atividade econômica.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



06- Instituto CONSULPAM - 2020 - Auditor Fiscal (Pref Paulo Afonso)/Administração Tributária/"Sem Edição"

Sobre as empresas públicas, assinale a alternativa CORRETA:

A As empresas públicas são criadas por meio de lei específica.

B O capital das empresas públicas consiste em 50% de natureza privada e os outros 50% de natureza pública.

C As empresas públicas têm forma organizacional livre.

D As demandas das empresas públicas são de competência da Justiça Estadual.

07-Instituto CONSULPAM - 2022 - Agente Municipal de Trânsito (Pref Irauçuba)

Assinale a alternativa com a definição CORRETA de “Ato Administrativo” e que possua exemplos que caracterizem as espécies de tais atos, conforme a doutrina jurídica majoritária brasileira.

A É toda manifestação da administração pública que tenha por finalidade e agindo imbuída dessa característica: proteger, alterar, adquirir, declarar e extinguir direitos ou obrigações a si ou a seus administrados. Algumas espécies são: atos normativos, atos ordinatórios e atos negociais.

B É toda manifestação do Estado que tenha por finalidade e agindo imbuído dessa característica: proteger, alterar, adquirir, declarar e extinguir direitos ou obrigações a si ou seus cidadãos. Algumas espécies são: atos punitivos, atos ordinatórios e atos perfeitos.

C É toda manifestação da administração pública que tenha por finalidade e agindo imbuída dessa característica: proteger, alterar, adquirir, declarar e extinguir direitos ou obrigações aos seus administrados, exclusivamente. Algumas espécies são: atos normativos, atos extintivos e atos declaratórios.

D É toda manifestação do Estado que tenha por finalidade e agindo imbuído dessa característica: proteger, alterar, adquirir, declarar e extinguir direitos ou obrigações aos seus cidadãos, exclusivamente. Algumas espécies são: atos negociais, atos enunciativos e atos punitivos.

08- Instituto CONSULPAM - 2019 - Motorista (Pref Viana ES)

É toda manifestação unilateral da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.

A Atos Administrativos.

B Fenômenos administrativos.

C Crescimento Partidário.

D Direitos Administrativos.

09- Instituto CONSULPAM - 2015 - Advogado (Pref Nova Olinda)

Marque o item INCORRETO:

A Nos atos vinculados, como se afere a legalidade de todos os requisitos do ato, compete ao legislativo o controle integral.

B O mérito administrativo equivale a soma da conveniência ao lado da oportunidade.

C Nos atos vinculados, todos os elementos são previstos expressamente na lei, não admitindo margem de manobra ao agente.

D O motivo é a situação de fato ou de direito que origina ou autoriza a prática do ato.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



10- Instituto CONSULPAM - 2024 - Guarda Municipal (Pref Apuiarés)

São elementos dos atos administrativos, exceto:

- A Tipicidade.
- B Forma.
- C Finalidade.
- D Competência.

11- Instituto CONSULPAM - 2024 - Guarda Municipal (Pref Apuiarés)

No que diz respeito aos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

A Independentemente da espécie, a presunção de legitimidade alcança todos os atos administrativos reproduzidos pela Administração Pública.

B Apesar de serem presumivelmente legítimos, os atos administrativos não são presumivelmente verdadeiros.

C Independentemente da espécie, a presunção de legitimidade é absoluta e por esse motivo alcança todos os atos administrativos reproduzidos pela Administração Pública.

D Independentemente da espécie, a presunção de legitimidade alcança os atos administrativos reproduzidos pela Administração Pública, salvo os atos discricionários.

12- Instituto CONSULPAM - 2023 - Conselheiro Substituto (TCM PA)

O ato administrativo, enquanto ato jurídico, situa-se nos planos lógicos da existência, da validade e da eficácia.

Neste sentido, escolha a alternativa que indica CORRETAMENTE a prática de um ato administrativo existente, válido e eficaz.

A A nomeação, pelo Presidente da República, de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, sem a aprovação do Senado Federal.

B O edital de um concurso público, exigindo o domínio de um idioma extinto e desconhecido.

C O auto de infração lavrado pelo agente de trânsito em observância aos parâmetros legais.

D O ato que exonera servidor público federal já falecido.

13- Instituto CONSULPAM - 2023 - Analista (ICTIM)/II

Com relação aos poderes administrativos, julgue a questão:

A emanção de atos com efeitos gerais e abstratos, que não podem contrariar a lei é decorrente do:

- A Poder disciplinar.
- B Poder de polícia.
- C Poder normativo.
- D Poder hierárquico.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



14- Instituto CONSULPAM - 2020 - Procurador (Pref Paulo Afonso)/Cível, Administrativo e Trabalhista/Judicial Administrativo

O _____ é o poder conferido à administração pública para expedir atos administrativos de caráter geral e abstrato com efeito erga omnes. É um mecanismo que serve para editar normas complementares à lei, porém as normas são sempre inferiores à legislação, de forma que seu exercício de dá somente conforme lei.

Assinale a alternativa que corresponde de forma CORRETA à afirmativa acima.

- A Poder Regulamentar.
- B Poder Discricionário.
- C Poder de Polícia.
- D Poder Hierárquico.

15- Instituto CONSULPAM - 2023 - Analista (ICTIM)/I

Modernamente, conceitua-se a hierarquia como a ordenação vertical de chefias e serviços de determinada entidade pública ou privada, tendo por fim a organização administrativa escalonada dos trabalhadores, de acordo com uma relação predefinida de subordinação, de forma a aperfeiçoar os trabalhos visando à apresentação do produto final ou serviço, a seu usuário. Pode-se conceituar poder hierárquico como poder vinculado e legalmente outorgado à Administração Pública para se auto-organizar, ou seja, é aquele que confere à Administração a capacidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas em seu âmbito interno.

Portanto, na aplicação do poder hierárquico no âmbito da administração pública, um determinado diretor de repartição pode substituir-se ao seu subordinado, chamando para si atribuições que originariamente não são suas, mas do subordinado. A isso dá-se o nome de:

- A Delegação.
- B Revisão.
- C Avocação.
- D Fiscalização.

16- Instituto CONSULPAM - 2020 - Procurador (Pref Sta Cruz do Sul)

No que se refere ao Poder Disciplinar, analise os itens a seguir:

I - O Poder disciplinar visa proteger os valores sociais, vedando a prática de condutas que possam atentar contra a segurança pública.

II - Pode-se resumir o Poder Disciplinar como a prerrogativa conferida à Administração Pública para, na forma e nos limites legais, condicionar ou restringir o uso de bens, exercício de direitos e prática de atividades privadas.

III - O poder disciplinar é o poder de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre todos aqueles que se vinculam à Administração.

Analisadas as assertivas, assinale a alternativa CORRETA:

- A Apenas a assertiva I é falsa.
- B Apenas a assertiva II é falsa.
- C Apenas a assertiva III é verdadeira.
- D Todas as assertivas são verdadeiras.
- E Todas as assertivas são falsas.

17- Instituto CONSULPAM - 2019 - Motorista (Pref Viana ES)

Os poderes administrativos ou instrumentais são poderes inerentes à Administração Pública por meios dos quais o Poder Executivo e, menos frequentemente, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, cumprem as funções que lhes são atribuídas pela Constituição Federal. Dentre estes está o Poder Disciplinar que está corretamente apresentado no item:

A Consiste na atribuição privativa do chefe do Poder Executivo para mediante decreto, expedir atos normativos que permita aplicar a Lei.

B Através dele a Administração pode controlar a prática dos atos administrativos, punindo os agentes públicos por eventuais desvios.

C A relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

D A Administração deve agir em observância às condutas previamente definidas para determinada situação hipotética.

18-Instituto CONSULPAM - 2023 - Analista (ICTIM)/Jurídico

O poder de polícia – ou limitação administrativa – forma, com os serviços públicos e as atividades de fomento, a tríplice função da Administração Pública moderna. Por ele, a Administração pode limitar a liberdade e a propriedade individual para a preservação dos interesses da coletividade. A respeito do poder de polícia, é CORRETO afirmar que:

- A O poder de polícia é delegável a particulares.
- B Em todo e qualquer ato que envolva o poder de polícia há discricionariedade.
- C Estende-se à generalidade dos indivíduos, não se restringindo a limitar particularmente ninguém.
- D O poder de polícia não vincula o próprio Estado, mas apenas os particulares.

19- 2016 - Agente de Controle Interno (Venda NI)

Quanto às regras constitucionais relativas ao controle interno da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A O Município não tem que instituir controle interno, posto que não tem Poder Judiciário.
- B O controle interno da União deve avaliar as operações de crédito dos Estados e dos Municípios.
- C O órgão de controle interno deve avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- D O cidadão que não denunciar irregularidades de que tenha ciência, tem responsabilidade solidária.

20 - - 2012 - Analista Judiciário (TSE)/Administrativa/"Sem Especialidade"

Sobre o controle administrativo NÃO é correto afirmar que

A o Tribunal de Contas é um órgão autônomo, com função jurisdicional, com a tarefa fiscalizadora de examinar as contas públicas no âmbito de sua jurisdição.

B o controle administrativo interno dá-se por homologação, aprovação, revogação ou anulação, em que se conferem os aspectos da legalidade, da conveniência e da oportunidade.

C constitui-se uma forma de controle externo da administração aquela efetivada pelo Poder Judiciário, quando provocado, por exemplo, por uma ação popular, ou uma ação civil pública.

D uma das formas de controle da administração é o controle realizado pelos administrados, cabendo-lhes o direito de petição, de certidão e, ainda, ações judiciais..

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



21- Instituto CONSULPAM - 2023 - Auditor de Controle Externo (TCM PA)/Jurídica (e mais 3 concursos)

A diversas leis e a Constituição Federal de 1988 estabelecem diversos tipos de controle na estrutura da administração pública. É possível citar, como exemplo, o dispositivo da Constituição Federal que estabelece a competência do Congresso Nacional de julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

Esse é um caso de:

- A Controle parlamentar.
- B Controle financeiro.
- C Controle administrativo.
- D Controle interno.

22 - 2019 - Notário e Registrador (TJ MG)/Provimento

A Constituição Federal traz previsão de atribuição ao Legislativo quanto à fiscalização e controle dos atos da Administração Pública direta e indireta, nos moldes do art. 49. Diante da previsão anteriormente referida, assinale a alternativa correta.

A A fiscalização e o controle atribuídos ao Legislativo são de ordem geral, excluídos atos de ordem política, sob pena de se infringir a harmonia entre os Poderes.

B O Senado Federal é responsável por tomar as contas do Presidente da República quando não apresentadas ao Congresso Nacional no prazo constitucional.

C A Câmara dos Deputados e o Senado têm poderes para constituir Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de proceder a apurações acerca de fato específico, sendo que esta deve ter prazo determinado.

D A Câmara dos Deputados e o Senado têm poderes para, conjuntamente, sendo vedada a atuação isolada, constituir Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de proceder a apurações acerca de fato específico, sendo que esta deve ter prazo determinado.

23- - 2023 - Fiscal (CORE PB)

Os mecanismos de controle da Administração têm por finalidade garantir o respeito aos direitos subjetivos dos usuários e assegurar a observância das normas constitucionais correlatas, fiscalizando, assim, a atuação dos agentes, órgãos e entidades componentes da Administração Pública. Importantes auxiliares no mecanismo de controle, os Tribunais de Contas têm competência para fiscalizar qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize dinheiro público, incluindo Ministério Público e Defensorias, Poder Legislativo e Poder Judiciário. O controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é denominado:

- A Judicial.
- B Interno.
- C Legislativo.
- D Administrativo.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



24 - 2022 - Analista Jurídico (MPE PA) (e mais 18 concursos)

Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência dominantes no Brasil, sobre Controle Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. O Mandado de Segurança, o Habeas corpus, a Ação Popular, o Mandado de Injunção, o Habeas data e a Ação Civil Pública são importantes instrumentos de controle judicial da Administração Pública.

II. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são importantes instrumentos de controle político realizado pelo Poder Legislativo.

III. O controle hierárquico é importante instrumento de controle administrativo exercido internamente no âmbito da própria Administração.

IV. Os Tribunais de Conta são importantes ferramentas de controle administrativo auxiliares do Poder Legislativo. No âmbito dos Municípios, tem-se a presença do Tribunal de Contas Municipais, criado apenas nos municípios que atinjam o contingente populacional de dois milhões de habitantes.

Está correto o que se afirma apenas em

A I e IV.

B II e III.

C I, II e III.

D II, III e IV.

25- - 2023 - Guarda Municipal (Pref Vila Velha)

No caso de danos decorrentes de omissão do Estado, prevalece o entendimento de que deve ser aplicada a teoria:

A Do risco integral, não se admitindo cláusulas excludentes da responsabilidade do Estado.

B Da irresponsabilidade do Estado, de modo que nunca deverá ser responsabilidade, a partir da teoria de que o réu não pode errar.

C Do risco administrativo, pelo qual há responsabilidade administrativa objetiva, bastando a demonstração do dano decorrente da atuação do Estado, sem o concurso do lesado.

D Da culpa administrativa, exigindo a demonstração de que o Estado tinha o dever legal de agir, além do comportamento estatal omissivo, o dano e o nexo entre a omissão e o dano e a culpa ou dolo.

26 - - Técnico Judiciário (TSE)/Administrativa

Em relação a responsabilidade por atos de concessionárias de serviços públicos que causem dano a terceiros, o Brasil adota a teoria do(a)

A risco integral.

B risco administrativo.

C culpa anônima.

D responsabilidade com culpa civil.

27- - 2023 - Analista do Executivo (SEGER ES)/Direito

Quanto à responsabilidade civil do Estado, relativamente a ato praticado por um servidor dos quadros da SEGER-ES, assinale a afirmativa correta.

A O servidor responde diretamente pela prática do referido ato, caso o tenha praticado com intenção de causar danos a terceiros.

B O ressarcimento de dano causado a terceiros, decorrente do referido ato, deve ser pleiteado em face do Estado e não da Secretaria.

C Se a conduta do agente decorrer de ato lícito, então, ainda que provoque dano a terceiros, o servidor não terá que ser responsabilizado.

D A Secretaria será responsabilizada pelos danos causados a terceiros, buscando posterior ação regressiva em face do Estado do Espírito Santo.

E A responsabilidade do Estado do Espírito Santo decorre da teoria do risco integral e a da Secretaria decorre da teoria do risco administrativo.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



28- 2023 - Agente em Atividades Administrativas (SEAS RO)

Sobre Responsabilidade Civil do Estado, considere que um motorista da Secretaria Municipal de Porto Velho, enquanto transitava por uma rua em Ji-Paraná, dirigindo carro oficial, causou danos ao veículo conduzido por Élcio, servidor público estadual. Buscando ressarcimento pelos prejuízos sofridos, Élcio deve propor ação de indenização contra o/a

A motorista, pessoa física responsável pelos danos.

B município de Porto Velho, pessoa jurídica de direito público.

C município de Ji-Paraná, local onde ocorreu o dano ao veículo.

D estado de Rondônia, visto que Élcio é servidor público estadual.

E secretaria Municipal de Porto Velho, órgão a que o motorista estava vinculado.

29 - 2022 - Auxiliar (MPE PA)/Administração (e mais 2 concursos)

A Responsabilidade do Estado evoluiu da inicial irresponsabilidade estatal (the king can do no wrong) para a atual responsabilidade objetiva do Estado. De acordo com nossa legislação, doutrina e jurisprudência dominantes, sobre a Responsabilidade do Estado, no que tange às excludentes de responsabilidade da Teoria do Risco Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Há culpa exclusiva da vítima quando o dano é consequência da intenção do próprio prejudicado, como o caso de pessoa que se joga na frente de uma viatura policial, trafegando dentro da velocidade regular da via, que vem a matá-la.

II. Aplica-se a teoria do risco integral, quando um evento involuntário, imprevisível e incontrolável, estranho à vontade das partes, como chuva de granizo, causa prejuízo ao particular, que não poderá demandá-lo do Estado.

III. Há culpa de terceiro quando o dano sofrido pela vítima puder ser atribuído a pessoa estranha aos quadros da Administração Pública, desde que o poder público não tenha culpa na ocorrência do evento danoso.

IV. Se a culpa da vítima é concorrente com a do Estado, não estamos diante de excludente e, sim, de atenuante de responsabilidade.

Está correto o que se afirma apenas em

A I e IV.

B II e III.

C III e IV.

D I, III e IV.

30- Instituto CONSULPAM - 2023 - Auditor de Controle Externo (TCM PA)/Jurídica

Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

A O direito regressivo das pessoas jurídicas de direito público interno contra o responsável causador do dano pode ser constatado, exclusivamente, por meio do dolo do referido agente, para que possa ser aplicado.

B A responsabilidade estatal pode ser excluída ou atenuada nos seguintes casos: estado de necessidade ou culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

C A responsabilidade por omissão do Estado ocorre quando os atos praticados pelos agentes públicos resultam em prejuízos ou danos a terceiros, mesmo sem culpa.

D O judiciário brasileiro adota a “Teoria do Risco Integral”, para analisar os casos de responsabilidade civil do Estado.



COMANDO DA MADRUGADA SEMOB OLINDA-PE



**DIREITO
ADM**

**DIREITO
PENAL**

Rafael Borba

Emmanuel Thadeu